

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

Referência: Pregão Eletrônico nº 001/2025 – NLC/PRES

Objeto: Registro de Preços visando eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos de parques infantis, a serem entregues na Sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, localizada no Setor de Áreas Públicas, lote B, Guará/DF, e instalados em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

- 1.1. O Pregão Eletrônico nº 001/2025 – NLC/PRES teve seu edital publicado em 31 de janeiro de 2025, com a abertura do certame prevista para 24 de fevereiro de 2025, às 9 horas.
- 1.2. Foi apresentado a seguinte impugnação ao Edital, conforme Doc. SEI/GDF nº 163159055.

2. DA TEMPESTIVIDADE

- 2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente impugnação, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. RELATO

- 3.1. Tratando-se de um aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho 163162233.
- 3.2. Em resposta, a área técnica exarou o Despacho 163234356.
- 3.3. Em suas razões, a empresa pugna por:

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE	DA RESPOSTA
<p>II – SÍNTESE DOS FATOS</p> <p>Trata-se de licitação na modalidade pregão eletrônico regido pelo critério de julgamento do tipo menor preço por lote , tendo por finalidade para o REGISTRO DE PREÇO de futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de parques infantis ao ar livre.</p> <p>O termo de referência menciona no item 10.5 a necessária apresentação de laudos e certificados vejamos:</p> <p>10.5 A Proponente deverá apresentar também, no ato da assinatura do contrato, caso seja declarada a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, os seguintes registros, documentos e/ou laudos técnicos em nome da Fabricante:</p> <p>a) Registro da empresa e dos responsáveis técnicos (em plena validade) no respectivo conselho de classe CREA, acompanhado da(s) respectiva(s) carteira(s) de identidade profissional e comprovação de vínculos com os profissionais, indicados como responsáveis técnicos, podendo ser através do contrato social, cópia autenticada em cartório competente das páginas da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social pertinentes ao registro do funcionário, ou, contrato de prestação de serviço autônomo com firmas das partes.</p> <p>b) Termo de garantia dos equipamentos ofertados contra defeitos de fabricação (em geral), declarando que possui assistência técnica ou parceiro autorizado do fabricante e que disporá de estrutura técnica adequada (própria ou terceirizada) para prestar o serviço pelo período mínimo de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante (se superior), a partir do recebimento definitivo do objeto, por parte da Fiscalização da NOVACAP.</p> <p>c) Laudo Técnico de Ergonomia e Biomecânica dos equipamentos, certificado por profissional(is) da área, credenciado(s) em órgão regularizador competente devidamente identificado com papel timbrado da empresa fabricante.</p> <p>d) Laudo do fabricante de Registro de Qualificação de Procedimento de Soldagem (RQPS), atestando a padronização e a validação do processo de solda, emitido por instituição competente.</p> <p>e) Certificado de Regularidade válido do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), conforme enquadramento da Instrução Normativa do IBAMA vigente.</p> <p>f) Licença de Operação vigente do fabricante, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes.</p>	<p>Manifestação acerca do pedido, alínea a):</p> <p>Inicialmente, registramos que não há restrição à competitividade no certame em razão dos laudos e certificados exigidos no Termo de Referência, uma vez que eles deverão ser apresentados somente após a decisão pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Ou seja, as empresas não precisarão obter os documentos exigidos para participar do processo licitatório.</p> <p>Além disso, ressalta-se que o valor para a obtenção dos documentos exigidos é relativamente baixo, considerando a relevante importância de cada um deles, a saber:</p> <p>1 - Laudo de Registro de Qualificação de Procedimento de Soldagem (RQPS)</p> <p>Segurança Estrutural: A solda é uma parte fundamental na fabricação dos equipamentos, especialmente quando se trata de estruturas metálicas que vão suportar o peso das crianças e resistir ao uso constante. O laudo de solda garante que os pontos de soldagem são realizados de forma adequada, sem falhas que possam comprometer a integridade estrutural do equipamento. Isso é essencial para evitar acidentes e garantir que os equipamentos resistam ao uso sem risco de quebra.</p> <p>Durabilidade e Confiabilidade: Equipamentos de parquinho estão expostos a fatores como intempéries (chuva, sol, umidade), o que pode enfraquecer as soldas se não forem realizadas de maneira correta. O laudo assegura que as soldas atendem aos padrões de qualidade, proporcionando maior durabilidade e resistência aos equipamentos, evitando reparos frequentes ou substituições prematuras.</p> <p>Normas Técnicas e Regulamentações: A exigência do laudo de solda atende a normas técnicas que visam garantir a conformidade dos equipamentos com as normas de segurança e a qualidade exigida para o uso público. Ele assegura que os fabricantes estão seguindo as exigências legais e regulatórias pertinentes.</p>

Do mesmo modo, o item 10.7 menciona uma tabela de laudos exigidos e a obrigatoriedade de possuir certificados:

TABELA 3			
Normas Técnicas a Serem Atendidas			
Nº	Subitem	Descrição	Observação
ABNT NBR 16071:2021 Norma Técnica para Playground	ABNT NBR 16071-1:2021	Parte 1: Terminologia.	Define os termos técnicos utilizados nas demais partes da norma.
	ABNT NBR 16071-2:2021	Parte 2: Requisitos de Segurança.	Estabelece os requisitos de segurança para os equipamentos, considerando os fatores de risco e dados disponíveis. Abrange: materiais, dimensões, áreas de queda livre, bordas e cantos, aberturas, pontos de estrangulamento e entalamento, fixação, etc. Define faixas etárias de uso para cada tipo de equipamento.
	ABNT NBR 16071-4:2021	Parte 4: Métodos de Ensaio.	Estabelece os métodos de ensaio para playgrounds, definindo procedimentos e critérios para avaliar a segurança dos equipamentos e instalações.
	ABNT NBR 16071-6:2021	Parte 6: Instalação.	Contém os requisitos para instalação dos equipamentos para playground.
	ABNT NBR 16071-7:2021	Parte 7: Inspeção, manutenção e utilização.	Estabelece os requisitos para a inspeção, manutenção e utilização de equipamentos de playground, visando garantir a segurança das crianças durante a brincadeira.
	ABNT NBR 16071-8:2021	Parte 8: Requisitos para playground inclusivo.	Estabelece os requisitos para áreas de playgrounds inclusivos, garantindo acessibilidade e usabilidade para crianças de todas as habilidades.

Ocorre que a solicitação referente aos itens expostos é ABUSIVA E IMPROPRIA, afetando diretamente o PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA E A BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e em desacordo as normas impostas na Lei 14.113/21, restringindo a participação de inúmeras empresas.

III - CERCEAMENTO DA CONCORRÊNCIA

É sabido que a licitação pública tem como principal objetivo, conforme dispõe o artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, GARANTIR QUE A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA seja selecionada pela Administração, assim como assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.

Existem mais de 30 Acórdãos do TCU que dissertam sobre a PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE LAUDOS E CERTIFICADOS, inclusive por ser um tema recorrente, foi necessário a elaboração de súmula sobre o assunto. Destaca-se a súmula 272, vejamos:

SÚMULA Nº 272 - No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em CUSTOS QUE NÃO SEJAM NECESSÁRIOS anteriormente à celebração do contrato. Fundamento Legal – Constituição Federal de 1.988, art. 37, inciso XXI; – Lei nº 8.666/93, art.

2 - Laudo de Ergonomia

Conforto e Segurança das Crianças: O laudo de ergonomia assegura que os equipamentos foram projetados de forma que as crianças possam brincar de maneira confortável e segura. Isso inclui fatores como alturas adequadas, formas de acesso e saída e espaçamentos apropriados para evitar lesões. Equipamentos mal projetados ou com dimensões inadequadas podem causar desconforto ou até mesmo acidentes.

Desenvolvimento Infantil: Equipamentos bem projetados, com foco na ergonomia, ajudam no desenvolvimento motor e cognitivo das crianças, proporcionando um ambiente adequado para o aprendizado e a diversão. O laudo de ergonomia garante que os brinquedos não só são seguros, mas também incentivam o desenvolvimento saudável das crianças.

Atenção aos Diversos Perfis de Usuários: A ergonomia também leva em consideração a variedade de idade e habilidades motoras das crianças. Um laudo que atesta que o equipamento é ergonomicamente adequado garante que ele seja inclusivo e acessível, atendendo a diferentes necessidades e possibilitando o uso confortável e seguro por crianças com diversas capacidades físicas.

3 - Certificado de Regularidade para Atividades Potencialmente Poluidoras (IBAMA)

Responsabilidade Ambiental: O certificado de regularidade do IBAMA garante que a fabricação dos equipamentos de parquinho segue as normas ambientais estabelecidas para atividades que possam impactar o meio ambiente. Esse certificado assegura que as atividades da empresa estão em conformidade com as regulamentações ambientais, evitando práticas que possam causar poluição ou danos ecológicos.

Prevenção de Danos Ambientais: O IBAMA exige esse certificado para garantir que as empresas responsáveis pela fabricação de equipamentos para espaços públicos não estão comprometendo o meio ambiente com práticas de produção insustentáveis ou com o uso de materiais nocivos. A exigência do certificado é uma forma de garantir que o processo produtivo é ecologicamente responsável e que os materiais usados nos equipamentos são seguros para o meio ambiente.

3º, § 1º, incisos I; arts. 27 e 30 e art. 44, § 1º; – Lei nº 9.784, de 29/01/1999, art. 2º, caput e inciso VI do Parágrafo único. Dados de aprovação: Acórdão nº 1043 – TCU – Plenário, 02 de maio de 2012.

Referida súmula tem a finalidade de garantir a isonomia entre as partes, assim como possibilitar que um número maior de licitantes possa participar da licitação de forma imparcial, evitando assim, o cerceamento a concorrência. Ainda que o edital mencione que os laudos supracitados são necessários para a elaboração do contrato, são procedimentos que levam tempo para serem elaborados e de alto custo. Portanto, não deixa de ser uma forma de CERCEAR A CONCORRÊNCIA, já que a impugnante se enquadra na qualificação de Micro Empreendedor, e tais gastos se tornam inviáveis financeiramente. É importante esclarecer que a própria Lei de nº 14.133/21 especifica quais são os documentos necessários para avaliar se a empresa é capacitada para atender as necessidades da Administração. Vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnicooperacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Sendo assim, a impugnante é plenamente capaz de comprovar sua capacidade em atender as necessidades do município.

Em destaque, o parágrafo 3º :

“§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos i e ii do caput deste artigo, a

Atendimento a Legislação e Padrões de Qualidade: O certificado de regularidade ambiental atesta que a empresa cumpre as exigências legais do país relacionadas à proteção ambiental. Além disso, demonstra o compromisso da administração pública com a sustentabilidade e com a redução do impacto ambiental ao comprar equipamentos de empresas que respeitam essas normas.

Ante o exposto, reforçamos que a exigência desses três documentos visa garantir que os equipamentos sejam seguros, ergonômicos e ambientalmente responsáveis, além de proteger a administração pública e a comunidade, assegurando que o dinheiro público seja investido em equipamentos de qualidade, conformidade legal e que ofereçam um impacto positivo para todos os envolvidos.

Manifestação acerca do pedido, alínea b):

Ante os motivos expostos na manifestação do pedido da Alínea "a", decide-se pelo indeferimento do pedido de impugnação da requerente.

critério da administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.”

No presente caso, podemos observar o ocorrido, visto que a apresentação de laudos e certificados técnicos por parte de todos os licitantes gera despesas desnecessárias, inibe a participação de interessados e, por isso, contraria o interesse público. OS LAUDOS ABNT NBR, LAUDO DE REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE SOLDAGEM E O CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO IBAMA E LICENÇA DE OPERAÇÃO EXIGIDOS NO EDITAL É UMA FORMA DE INIBIR A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS, CONSIDERANDO QUE ALÉM DOS LAUDOS O EDITAL EXIGE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, LAUDO TÉCNICO DE ERGONOMIA E BIOMECÂNICA E TERMO DE GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS POR 12 MESES ALÉM DA POSSIBILIDADE DE VISITA TÉCNICA DO LOCAL, conclui-se que tais documentações são suficientes para garantir a habilidade da empresa licitante em entregar um produto de qualidade.

Ainda mesmo que entenda-se pela exigência de tal norma, a mesma deveria ser solicitada por meio de DECLARAÇÃO e não LAUDO TÉCNICO E CERTIFICADOS, ou até mesmo a apresentação de amostras, permitindo com que as empresas declarem que seus produtos estejam de acordo com norma, assumindo assim suas responsabilidades. Outra forma de garantir que os parquinhos estejam de acordo com o que a administração deseja é exigir catálogos, desenhos industriais, folders ou prospectos dos brinquedos de cada empresa para garantir que os produtos sejam de qualidade.

Deste modo, a administração pública não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, devendo possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se dê da melhor forma para o erário, conforme previsão do artigo 9º da Lei 14.133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de

pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Conforme entendimento da Mestre e Doutora em direito Maria Sylvia Zanella Di Pietro,

a licitação é um procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para celebração de contrato.” (Direito Administrativo, São Paulo: Editora Atlas, 8ª ed., 1997, p. 254).

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE é uma das maiores garantias para os gestores frente ao Poder Público. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os agentes da Administração Pública devem atuar sempre conforme a lei. O presente princípio encontra-se expresso no art. 37, caput, da Constituição Federal:

a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Portanto, conclui-se que as exigências do presente pregão eletrônico por serem irrazoáveis reduzem a competitividade eis que excluirá todas as empresas que não possuem os laudos técnicos e certificados irrelevantes à comprovação de qualidade técnica dos produtos. Os documentos exigidos ensejam a necessidade de serem revistos os itens excessivamente irrelevantes do edital, tendo em vista o seu potencial caráter de cerceamento à competitividade.

IV – DO PEDIDO

Ilustríssimo pregoeiro, a impugnante é Microempreendedora, o que torna os gastos com os referidos certificados e laudos um serviço muito oneroso, pois sabemos que são de valores elevados, MAS RESSALTA QUE TEM MUITO INTERESSE EM PARTICIPAR DO CERTAME.

a) Exposto isto, e para que se atenda ao princípio da legalidade, ampla concorrência e razoabilidade, além da Lei 14.133/2022, bem como para que exista competitividade justa e imparcial, requer a alteração do Edital, retificando e retirando, a exigência do Edital no item 10.5 E 10.7.

b) Caso não seja este o entendimento desta Douta Comissão, requer-se a remessa da presente impugnação, juntamente com o edital licitatório, à Instância Superior para análise e julgamento, atribuindo efeito suspensivo do certame até ser publicada a decisão definitiva, sem prejuízo da representação junto ao Tribunal de Constas do Estado.

3.4. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, a área técnica concluiu pelo **não acolhimento** da impugnação.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e www.licitacoes-e.com.br (Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 17/02/2025, às 09:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **163287397** código CRC= **408299E7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br